

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

**CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
1ª ETAPA DO ACORDO DE
RESULTADOS**

ANO DE REFERÊNCIA: 2011

Belo Horizonte, 23 de maio de 2012

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

SUMÁRIO

ITEM	PÁGINA
1 - INTRODUÇÃO	3
2 - DESEMPENHO DO SISTEMA OPERACIONAL	4
2.1 – INDICADORES FINALÍSTICOS	4
2.2 – AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO	5
2.3 – INDICADORES DE QUALIDADE DO GASTO	17
2.4 – QUADRO GERAL DE DESEMPENHO	X

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório se destina a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA - informações sobre o desempenho da Controladoria-Geral do Estado pertencente ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual no alcance das metas e resultados pactuados na 1ª etapa do seu Acordo de Resultados.

Os dados e informações aqui relatados foram consolidados pela Equipe de Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação, que elaborou esse Relatório.

Os valores alcançados nos indicadores de Finalísticos que não provêm de fontes oficiais de pesquisa e estatística contaram com a supervisão e colaboração do Programa Estado para Resultados na apuração dos mesmos.

Os percentuais de execução dos Projetos Estruturadores foram calculados pelos técnicos do Núcleo Central de Gestão Estratégica de Projetos e Desempenho Institucional – NCGERAES – da Secretaria Estado de Planejamento e Gestão.

Os valores alcançados nos indicadores de Qualidade do Gasto foram levantados pela Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária – SCPPO - da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Os valores alcançados nos indicadores dos Itens Comuns da Agenda Setorial do Choque de Gestão foram apurados pelas unidades administrativas responsáveis pelo seu monitoramento.

Os demais dados, bem como as informações e justificativas aqui apresentadas foram obtidas junto às áreas responsáveis pela execução das metas e ações pactuadas e correspondem à realidade dos fatos, pelo que assumimos a responsabilidade pela exatidão dos mesmos.

As fontes de comprovação dos resultados aqui apresentados estão organizadas e arquivadas junto à Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação da Secretaria ou da Equipe de Apoio à Gestão Estratégica de cada entidade vinculada, de acordo com a responsabilidade pela execução de cada meta, e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), pela Auditoria Setorial/Seccional, pela Controladoria Geral do Estado ou por outros órgãos de controle e auditoria.

Por fim, destaco que a nota de cada indicador contida neste relatório é apenas um dado preliminar, pois a CAA é a instância competente para conferir a nota final aos avaliados.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2012.

(assinatura do Acordado)

PLÍNIO SALGADO

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

2. DESEMPENHO DO SISTEMA OPERACIONAL

2.1 – INDICADORES FINALÍSTICOS

Controladoria Geral do Estado/ Quadro Síntese dos Resultados Finalísticos

Caderno compromissos	Indicador	Valor Atingido	Metas 2011	Valor de Referência	Fórmula de Cálculo	ICM	Peso
Área de Resultados Qualidade e Inovação em Gestão Pública							
	1. Média das taxas de execução dos Projetos Estruturadores nos Acordos de Resultados (% - GERAES)	87,77 (2011)	80,00 (2011)	80,98 (2009)	$\frac{VA - 70}{VM - 70}$	1,00	50%
Área de Resultados Qualidade Fiscal							
	2. Despesa de pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida (% - SEF)	38,85 (2011)	46,55 (2011)	46,16 (2009)	$\frac{VA - 49}{VM - 49}$	1,00	50%
ICM Global - Nota dos Finalísticos (Nota Máxima: 10)						10,0	
Peso dos Resultados Finalísticos no Acordo de Resultados				20,00			
Nota Final dos Resultados Finalísticos obtido no Acordo de Resultados				20,00			
					Maior que 1	2	
					>=0; <0,5	0	
					>=0,5; <1,0	0	
					Zero	0	

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

2.2 – AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO

QUADRO DE PRODUTOS

Item	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de auditoria e correição administrativa	Seção do Manual Consolidado de Procedimentos de Auditoria Pública	Dez/2011	3	1	30/12/2011	0	10
	Manual de Padronização de Documentos	Dez/2011	2	1	30/12/2011	0	10
Acompanhar a incidência de ilícitos administrativos nos órgãos e entidades do Estado.	Documento semestral contendo quantitativo, diagnóstico e ações de orientação para a prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos	Jun/2011 Nov/2011	7	1	30/06/2011 30/11/2011	0	10
Divulgação de orientações para a prevenção da incidência de ilícitos administrativos	Documento contendo orientações para a prevenção da incidência de ilícitos administrativos	Nov/2011	8	1	30/11/2011	0	10
Instituir a política de transparência institucional	Documento contendo o estabelecimento das diretrizes para formulação da política de transparência institucional	Dez/2011	5	1	30/12/2011	0	10
	Documento contendo indicadores relativos à política de transparência institucional no âmbito da competência da Controladoria-Geral do Estado	Dez/2011	5	1	30/12/2011	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

QUADRO DE INDICADORES

Item	Indicador	Unid. Medida	Valor de Referência		Peso	Execução no período		Nota Estimada
			Valor	Período		Meta 2011	Resultado 2011	
Acompanhar o plano anual de auditoria nas unidades descentralizadas	Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria.	porcentagem	92,43	2009	10	90%	87,79%	9,75
Aprimorar a apuração das denúncias e de divulgação dos resultados	Tempo médio para encaminhamento de respostas junto ao Portal de Denúncias.	dias	5	2010	3	5	1,95	10
Avaliação e acompanhamento dos instrumentos de Contratos de Gestão e Programas Governamentais	Número de Programas Governamentais auditados	unidade	2	2009	7	2	2	10
	Número de Avaliações de Impacto em Programas Governamentais realizadas	unidade	2	2009	5	2	2	10
	Número de trechos rodoviários do PROACesso auditados	unidade	3	2010	6	3	3	10
	Número de CRGs do DER auditadas	unidade	1	2010	5	1	1	10
	Número de Acordos de Resultados auditados	unidade	2	2009	6	2	2	10
	Número de Termos de Parceria auditados	unidade	10	2010	6	4	4	10
	% de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal	porcentagem	83,3	2009	7	100%	100%	10
Desenvolvimento de ações de auditorias preventivas	Índice de inconformidades detectadas nas compras diretas dos órgãos e entidades	porcentagem	6, 50 jun 9,37 jul	6,50 1º semestre. 9,37 2º semestre	5	6,50 (1º sem.) 9,37 (2º sem.)	4,80 1º semestre. 7,17 2º semestre	10
Garantir a aplicação de boas práticas de gestão, visando as metas específicas de área meio da Agenda Setorial	Índice de execução dos itens comuns pactuados na 2ª Etapa do Acordo de Resultados do Sistema	porcentagem	94,4	2009	10	100%	9,44	9,44

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EXECUÇÃO DOS ITENS DA AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO

Informações complementares sobre a execução	
Seção do Manual Consolidado de Procedimentos de Auditoria Pública	Ressaltamos como um dos fatores que dificultaram o cumprimento da meta a redução expressiva da força de trabalho da unidade responsável por sua execução (SCPD/CGE), em razão da necessidade de cessão de seus servidores para atuarem em outras unidades administrativas no âmbito da CGE.
Manual de Padronização de Documentos	
Documento semestral contendo quantitativo, diagnóstico e ações de orientação para a prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos	É plausível partir do pressuposto que, muitas vezes, os ilícitos são cometidos pelos servidores por desconhecimento das normas administrativas, seja pela ausência ou precária orientação a respeito dos transtornos que o descumprimento de um dever pode causar à administração, bem como das penalidades a que estarão sujeitos em cada caso. Evidente, pois, o trabalho contínuo de conscientização quanto necessidade do desenvolvimento das atividades de prevenção de ilícitos administrativos, através de cursos, palestras, treinamentos, informativos, publicações nos <i>sites</i> do Governo Estadual, entre outros, objetivando instruir os servidores e disseminar a cultura de licitude. Oportuna a manutenção deste item na Agenda Setorial.
Documento contendo orientações para a prevenção da incidência de ilícitos administrativos	
Documento contendo o estabelecimento das diretrizes para formulação da política de transparência institucional	
Documento contendo indicadores relativos à política de transparência institucional no âmbito da competência da Controladoria-Geral do Estado	
Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria.	Data para entrega: 27/01/11

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Tempo médio para encaminhamento de respostas junto ao Portal de Denúncias.	Apresentamos, a seguir, o resultado mensal do indicador em 2011: Janeiro: 2,86 Fevereiro: 1,37 Março: 1,86 Abril: 0,97 Maio: 1,41 Junho: 1,83 Julho: 1,08 Agosto: 2,90 Setembro: 2,71 Outubro: 2,40 Novembro: 1,95 Dezembro: 2,00
Número de Programas Governamentais auditados	
Número de Avaliações de Impacto em Programas Governamentais realizadas	
Número de trechos rodoviários do PROACesso auditados	Houve dificuldades de execução do referido trabalho de auditoria tendo em vista a saída de todos os servidores formados em Engenharia Civil da Diretoria de Avaliação de Programas Governamentais que realizavam a avaliação do Programa. Ressalte-se, ainda, a proibição de nomeação de cargo comissionado, de acordo com o Ofício Circular CCGPGF nº. 286/2011 da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. No exercício de 2011 03 (três) servidores deixaram a diretoria.

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

	<p>Salientamos também, a restrição orçamentária e financeira do Governo do Estado que provocou a suspensão do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação geotécnica, geométrica, hidrológica, que suportaria os trabalhos de auditoria desenvolvidos nos programas governamentais do Estado de Minas Gerais, em especial os programas Proprocesso e ProMG Pleno, no exercício de 2012.</p>	
Número de CRGs do DER auditadas	<p>Houve dificuldades de execução do referido trabalho de auditoria tendo em vista a saída de todos os servidores formados em Engenharia Civil da Diretoria de Avaliação de Programas Governamentais que realizavam a avaliação do Programa. Ressalte-se, ainda, a proibição de nomeação de cargo comissionado, de acordo com o Ofício Circular CCGPGF nº. 286/2011 da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. No exercício de 2011 03 (três) servidores deixaram a diretoria.</p> <p>Salientamos também, a restrição orçamentária e financeira do Governo do Estado que provocou a suspensão do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação geotécnica, geométrica, hidrológica, que suportaria os trabalhos de auditoria desenvolvidos nos programas governamentais do Estado de Minas Gerais, em especial os programas Proprocesso e ProMG Pleno, no exercício de 2012.</p>	
Número de Acordos de Resultados auditados		
Número de Termos de Parceria auditados		
% de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal	<p>Houve grande dificuldade na execução desta ação uma vez que, conforme se observa, abaixo, concentrou-se em apenas 05 dias o encaminhamento de 06 termos de parceria para avaliação, cujos prazos de vigência se encerravam no dia 31/12/11.</p>	
	Nº Ofício	Data do Recebimento

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

		OF. GAB. SUGES Nº 120/2011 de 16/12/2011	19/12/11	
		OF. GAB. SUGES Nº 123/2011 de 19/12/2011	19/12/11	
		OF. GAB. SUGES Nº 121/2011 de 19/12/2011	20/12/11	
		OF. GAB. SUGES Nº 122/2011 de 19/12/2011	20/12/11	
		OF. GAB. SUGES Nº 124/2011 de 21/12/2011	22/12/11	
		OF. GAB. SUGES Nº 125/2011 de 22/12/2011	23/12/11	
Índice de inconformidades detectadas nas compras diretas dos órgãos e entidades				
Índice de execução dos itens comuns pactuados na 2ª Etapa do Acordo de Resultados do Sistema	Índice = 170/18 = 9,44			

RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS REVISÕES DO ACORDO DE RESULTADOS

Recomendações	
1- Número de Programas Governamentais auditados	<p>Requer-se a alteração da descrição do indicador com a exclusão da expressão “<i>este indicador se refere a todos os programas de governo, com exceção do PRO-MG PLENO e do PROACESSO, cuja mensuração será feita pelos indicadores de trechos e de CRGs auditadas</i>”, tendo em vista, conforme justificado abaixo, a impossibilidade técnica de execução de trabalho de auditoria nos programas <i>PRO-MG PLENO e PROACESSO</i>.</p> <p style="text-align: center;">Descrição atual: “a auditoragem de Programas Governamentais mostra-se</p>

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

relevante, pois permite identificar ações e práticas governamentais de sucesso, bem como aquelas que não atingiram os objetivos almejados. Diante disso, torna-se possível a verificação da adequação de sua execução ao planejamento estabelecido, bem como o atendimento das demandas sociais que subsidiou a atuação estatal. Além disso, objetiva-se com esse indicador que as informações tenham consistência e qualidade e reflitam de fato a execução de cada programa. Será considerado cumprido na data em que o gerente do programa ou seu superior hierárquico receber o relatório da CGE. **Este indicador se refere a todos os programas de governo, com exceção do PRO-MG PLENO e do PROACESSO, cuja mensuração será feita pelos indicadores de trechos e de CRGs auditadas.** Neste indicador, mesmo que a auditoria realizada em um único programa gere mais de um relatório de auditoria, será contabilizado apenas 1 (um) programa auditado, exceto aquele programa que for objeto de avaliação periódica pela Controladoria-Geral, por meio de Convênio de Cooperação Técnica.(g.n.)”

Proposta nova descrição: “a auditoria de Programas Governamentais mostra-se relevante, pois permite identificar ações e práticas governamentais de sucesso, bem como aquelas que não atingiram os objetivos almejados. Diante disso, torna-se possível a verificação da adequação de sua execução ao planejamento estabelecido, bem como o atendimento das demandas sociais que subsidiou a atuação estatal. Além disso, objetiva-se com esse indicador que as informações tenham consistência e qualidade e reflitam de fato a execução de cada programa. Será considerado cumprido na data em que o gerente do programa ou seu superior hierárquico receber o relatório da CGE. Neste indicador, mesmo que a auditoria realizada em um único programa gere mais de um relatório de auditoria, será contabilizado apenas 1 (um) programa auditado, exceto quando houver solicitação superior de nova auditoria com foco diferente do trabalho já executado.”

A partir da solicitação de exclusão dos indicadores 35 e 36 e a consequente supressão das respectivas metas requer-se, o aumento da meta estabelecida neste

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

	<p>indicador, de 2 para 3 programas de governo auditados.</p> <p>No Acordo de Resultados, vigente em 2011, constam os indicadores “35 NÚMERO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO PROACESSO AUDITADOS” e 36 NÚMERO DE CRGS DO DER AUDITADAS”. Entretanto, a Diretoria Central de Avaliação de Programas Governamentais, responsável pela execução dos mesmos, não possui mais em seu corpo técnico profissionais com formação em Engenharia Civil, para a execução dos trabalhos. Os dois engenheiros integrantes da equipe se desligaram da diretoria no exercício de 2011. Ressalte-se, ainda, a restrição quanto à nomeação para cargos comissionados, o que impede a reposição dos servidores que deixaram a CGE.</p> <p>Outro fator que impossibilita a execução dos referidos trabalhos é a limitação orçamentária imposta para o exercício de 2012 que impede a contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação geotécnica, geométrica e hidrológica, essenciais para a execução dos referidos trabalhos.</p> <p>Diante disso, optou-se por excluir os indicadores 35 e 36 do AR a vigorar em 2012, sendo necessário promover a alteração da descrição do indicador 34 que faz referência a eles. Destacando-se que em razão da solicitação de exclusão dos indicadores propõem-se o aumento da meta deste indicador.</p>
2 -Número de trechos rodoviários do PROACESSO auditados	<p>Solicitamos a exclusão deste indicador do Acordo de Resultados de 2012, tendo em vista a saída de todos os servidores formados em Engenharia Civil da Diretoria de Avaliação de Programas Governamentais que realizavam a avaliação do Programa. Ressalte-se, ainda, a proibição de nomeação de cargo comissionado, de acordo com o Ofício Circular CCGPGF nº. 286/2011 da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. No exercício de 2011 03 (três) servidores deixaram a diretoria.</p> <p>Salientamos também, a restrição orçamentária e financeira do Governo do Estado que provocou a suspensão do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação geotécnica, geométrica, hidrológica, que</p>

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

	<p>suportaria os trabalhos de auditoria desenvolvidos nos programas governamentais do Estado de Minas Gerais, em especial os programas Proprocesso e ProMG Pleno, no exercício de 2012.</p> <p>Os trabalhos serão executados pela Auditoria Seccional do DER.</p>
3 -Número de CRGs do DER auditadas	<p>Solicitamos a exclusão deste indicador do Acordo de Resultados de 2012, tendo em vista a saída de todos os servidores formados em Engenharia Civil da Diretoria de Avaliação de Programas Governamentais que realizavam a avaliação do Programa. Ressalte-se, ainda, a proibição de nomeação de cargo comissionado, de acordo com o Ofício Circular CCGPGF nº. 286/2011 da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. No exercício de 2011 03 (três) servidores deixaram a diretoria.</p> <p>Salientamos também, a restrição orçamentária e financeira do Governo do Estado que provocou a suspensão do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação geotécnica, geométrica, hidrológica, que suportaria os trabalhos de auditoria desenvolvidos nos programas governamentais do Estado de Minas Gerais, em especial os programas Proprocesso e ProMG Pleno, no exercício de 2012.</p> <p>Os trabalhos serão executados pela Auditoria Seccional do DER.</p>
4 - Número de Acordos de Resultados auditados	<p>Alteração da descrição do indicador. A alteração da descrição decorre da instituição de nova metodologia de auditoria em acordo de resultados. Diante disso, não competirá à Controladoria-Geral do Estado a auditagem de Acordos de Resultado em sua integralidade, mas a avaliação de pontos específicos de determinados acordos.</p> <p>Descrição atual: auditar Acordos de Resultados é relevante, pois verifica a real execução das metas informadas por cada órgão e entidade para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Objetiva-se com esse indicador verificar a fidedignidade das informações que demonstrem execução de cada</p>

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

meta pactuada. Este trabalho da Controladoria Geral do Estado é estratégico, pois visa aumentar a credibilidade do modelo de gestão do Acordo de Resultados. O indicador será considerado cumprido na data em que os Relatórios de Auditoria forem remetidos ao Gabinete da Controladoria Geral do Estado.

Fórmula: \sum dos Acordos de Resultados que foram alvo de trabalho de auditoria, gerando relatório(s). Neste indicador, mesmo que a auditoria num único Acordo de Resultados gere mais de um relatório de auditoria, será contabilizado apenas 1 (um) Acordo de Resultados auditado.

Proposta nova redação: auditar Acordos de Resultados é relevante, pois verifica a real execução das metas informadas por cada órgão e entidade para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Objetiva-se com esse indicador verificar a fidedignidade das informações que demonstrem execução de metas pactuadas. Este trabalho da Controladoria Geral do Estado é estratégico, pois visa aumentar a credibilidade do modelo de gestão do Acordo de Resultados. O indicador será considerado cumprido na data em que os Relatórios de Auditoria forem remetidos ao Gabinete da Controladoria Geral do Estado.

Fórmula: n° de relatórios de Avaliação em Acordos de Resultados emitidos dentro do período avaliatório.

No exercício de 2011 foi elaborada, pela Controladoria-Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, nova metodologia para a auditoria dos Acordos de Resultados. O novo modelo fundamenta-se na execução dos trabalhos, prioritariamente, pelas unidades setoriais e seccionais de auditoria e de maneira concomitante. Foram instituídos três pontos de auditoria: a construção dos indicadores, as fontes de comprovação e a avaliação da comissão de acompanhamento e avaliação.

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

	<p>Assim sendo, de acordo com a maturidade de cada órgão, e do seu respectivo Acordo de Resultados, bem como das prioridades do Governo, serão identificados no Plano Anual de Auditoria de cada unidade a abrangência e a amostragem do trabalho. Diante disso, fica sob responsabilidade da Superintendência Central de Controle da Gestão a realização de trabalhos de auditoria em indicadores comuns aos órgãos ou em indicadores finalísticos mais complexos e abrangentes.</p> <p>Dessa forma, não haverá por parte da CGE a avaliação integral de um Acordo de Resultados. Tal fato demanda, assim, a alteração da descrição do indicador e sua respectiva fórmula de apuração.</p>						
5 - % de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal	<p>Solicitamos a exclusão deste indicador do Acordo de Resultados de 2012, tendo em vista que a emissão das Notas Técnicas decorre de disposição legal, que não autoriza a CGE o seu descumprimento. Destaque-se, ainda, que nos últimos exercícios houve tratativas com a SEPLAG para que se estabelecesse, junto aos órgãos responsáveis pelos termos de parceria, cronograma de encaminhamento dos mesmos a CGE. Entretanto tal cronograma não foi estabelecido, gerando um acúmulo de notas para emissão da CGE no mês de dezembro, comprometendo a abrangência da análise que se faz necessária. Conforme se observa, abaixo, concentrou-se em apenas 05 dias o encaminhamento de 06 termos de parceria para avaliação, cujos prazos de vigência se encerravam no dia 31/12/11.</p> <table border="1" data-bbox="1088 1118 1944 1295"><thead><tr><th>Nº Ofício</th><th>Data do Recebimento</th></tr></thead><tbody><tr><td>OF. GAB. SUGES Nº 120/2011 de 16/12/2011</td><td>19/12/11</td></tr><tr><td>OF. GAB. SUGES Nº 123/2011 de 19/12/2011</td><td>19/12/11</td></tr></tbody></table>	Nº Ofício	Data do Recebimento	OF. GAB. SUGES Nº 120/2011 de 16/12/2011	19/12/11	OF. GAB. SUGES Nº 123/2011 de 19/12/2011	19/12/11
Nº Ofício	Data do Recebimento						
OF. GAB. SUGES Nº 120/2011 de 16/12/2011	19/12/11						
OF. GAB. SUGES Nº 123/2011 de 19/12/2011	19/12/11						

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

OF. GAB. SUGES Nº 121/2011 de 19/12/2011	20/12/11
OF. GAB. SUGES Nº 122/2011 de 19/12/2011	20/12/11
OF. GAB. SUGES Nº 124/2011 de 21/12/2011	22/12/11
OF. GAB. SUGES Nº 125/2011 de 22/12/2011	23/12/11

Destaque-se, ainda, que no exercício de 2011, durante as tratativas com o setorialista da SEPLAG foi solicitada alteração na descrição do indicador para: *“Quando houver a solicitação de emissão de nota técnica, por parte da SEPLAG, já estando (02) duas em processo de elaboração pela CGE, a contagem do prazo iniciar-se-á no primeiro dia útil posterior a remessa, à SEPLAG, de uma das notas técnicas anteriormente solicitadas. Em caso de urgência na elaboração da nota técnica remetida à CGE, que ultrapassa nossa capacidade de trabalho (duas notas), haverá a suspensão da contagem do prazo de uma das notas técnicas anteriormente solicitadas para a sua elaboração. O prazo para a elaboração da nota técnica preterida reiniciará no primeiro dia útil posterior ao encaminhamento daquela que gerou a suspensão da contagem do prazo.”* Entretanto, mesmo após a validação desta alteração com o Gabinete da CGE, não houve a alteração do indicador que, segundo o email do servidor Alex Cunha, da Gestão Estratégica da SEPLAG, em virtude de determinação do Governador.

Por fim, informa-se que **a manutenção deste indicador para a CGE só é cabível desde que estejam estabelecidos nos Acordos de Resultado de 1ª Etapa dos órgãos responsáveis pelos termos de parceria e da SEPLAG prazo mínimo, condizente com a análise a ser realizada, para remessa dos documentos para a CGE.**

ACORDO de **RESULTADOS**

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

2.3 – INDICADORES DE QUALIDADE O DO GASTO

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Atualizado em: 10/01/2011

Indicadores de Qualidade do Gasto	PESO	Órgão / Entidade	Metas		Resultado Aferido	Farol
			2011	Proporcional (até período apurado)		
1A* Limite de Gastos com despesas operacionais - em valores absolutos	20%	1521 - CGE	R\$ 2.459.803	R\$ 2.459.803	R\$ 1.901.214	☺
1B* Percentual de participação das despesas operacionais em relação à despesa total		1521 - CGE	96,29%	96,29%	84,62%	☺
1C* Percentual da receita arrecadada em relação às despesas operacionais		1521 - CGE	-	-	-	-
2 Índice de Compras Eletrônicas - Pregão e COTEP	15%	1521 - CGE	90%	90%	94,83%	☺
3 Índice de Elaboração e Acompanhamento de Planejamento Anual de Compras Públicas	20%	1521 - CGE	70%	70%	100%	☺
4 Índice de Desempenho do Planejamento - Dimensão Ação (IDP-A) (Atualizado até 5º Bimestre)	15%	Todos os órgãos do sistema	0,7	0,7	0,675	☹
5 Índice de Regionalização da Execução (Atualizado até 5º Bimestre)	15%	Todos os órgãos do sistema	0,9	0,9	1	☺
6 Monitoramento do SIGPLAN (Atualizado até 5º Bimestre)	15%	Todos os órgãos do sistema	100,00%	100,00%	100,00%	☺

* A nota válida referente ao Indicador Racionalização das Despesas Operacionais será avaliada a partir da melhor nota dos 3 indicadores.

Nota: A nota final do Objeto de Qualidade do Gasto será dada pela média aritmética da média obtida de cada indicador.

Regra do Farol

☺ Para Resultado Aferido igual ou superior à Meta Proporcional (até o período apurado).

☹ Para Resultado Aferido inferior a Meta Proporcional (até o período apurado).

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EXECUÇÃO DOS INDICADORES / PRODUTOS

Informações complementares sobre a execução	
1A. Limite de Gastos com despesas operacionais - em valores absolutos	No Acordo de Resultados 1ª de 2011, optou-se pelo indicador de qualidade do gasto “1B. Percentual de participação das despesas operacionais em relação à despesa total” na pactuação.
1B. Percentual de participação das despesas operacionais em relação à despesa total	Visando a redução sistemática de despesas definidas como despesas operacionais, o monitoramento da despesa empenhada da CGE, feito mensalmente até dezembro de 2011, mostrou que a meta do indicador foi alcançada, sendo que foi empenhado até o mês de dezembro 84,62% do orçamento com despesas operacionais em relação à despesa total.
1C. Percentual da receita arrecadada em relação às despesas operacionais	No Acordo de Resultados 1ª de 2011, optou-se pelo indicador de qualidade do gasto “1B. Percentual de participação das despesas operacionais em relação à despesa total” na pactuação.
2. Índice de Compras Eletrônicas - Pregão e COTEP	-
3. Índice de Elaboração e Acompanhamento de Planejamento Anual de Compras Públicas	-
4. Índice de Desempenho do Planejamento - Dimensão Ação (IDP-A) (Atualizado até 4º Bimestre)	Devido ao contexto de desaceleração econômica, houve necessidade de redução de custos e redefinição de prioridades, impactando negativamente o desempenho de algumas ações, o que prejudicou o indicador. Também por considerar como referência o crédito inicial de cada ação (desconsiderando suplementações), a baixa ou alta execução financeira de algumas ações interferiu no alcance do percentual exigido no acordo.

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

5. Índice de Regionalização da Execução (Atualizado 6º bimestre)	O índice de regionalização da CGE concentrou-se no município de Belo Horizonte pelo fato da região ser a única diretamente beneficiada pelos bens e serviços adquiridos e contratados. O Acompanhamento desse indicador foi realizado bimestralmente, sendo o fechamento em janeiro de 2012. A meta estabelecida foi alcançada.
6. Monitoramento do SIGPLAN (Atualizado até 4º Bimestre)	O monitoramento do Sistema de Informações gerenciais e de Planejamento foi realizado dentro do prazo estabelecido pela deliberação normativa JPOF nº 14/2006.